



Genildo Santana\*

## RESUMO

Este artigo tem a intenção de discutir a literatura de cordel numa perspectiva descolonial, no sentido de que, tendo origem europeia, trazida pelos portugueses, no Brasil ganhou forma e dimensão próprias, rompendo, em discurso, em estética e em temática, com seu passado europeu. Num primeiro momento veremos o que é um pensamento descolonial e como ele se dá na prática, e em seguida, analisaremos se o cordel teve uma atitude descolonial. Abordaremos o papel de Leandro Gomes de Barros, considerado o Pai do cordel, e sua contribuição para o abasileiramento do cordel. Pretendemos mostrá-lo como literatura brasileira e que, como tal, deve ser tratado e trabalhado em sua manifestação nacional.

**Palavras-chave:** Literatura de Cordel. Descolonialidade. Leandro Gomes de Barros. Poesia. Nordeste.

## Cordel literature in a decolonial perspective: the Brazilian way of doing

## ABSTRACT

This article of ours intends to discuss cordel literature from a decolonial perspective, in the sense that, having a European origin, brought by the Portuguese, in Brazil it gained its own shape and dimension, breaking, in discourse, in aesthetics, in theme, with its European past. At first, we will see what decolonial thinking is and how it works in practice, and then we will analyze whether cordel had a decolonial attitude. We will approach the role of Leandro Gomes de Barros, considered the Father of cordel and his contribution to the Brazilianization of cordel. We intend to show cordel as a Brazilian literature and that, as such, must be treated and worked on in its national manifestation.

**Keywords:** Literature of Cordel. Decoloniality. Leandro Gomes de Barros. Poetry. North East.

# A literatura de cordel numa perspectiva descolonial: o jeito brasileiro de fazer

Kairós: Revista Acadêmica  
da Prainha

ISSN: 1807-5096

e-ISSN: 2357-9420

Fortaleza,

v. 18, n. 2, 2022

\* Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: genildowiller@yahoo.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/01473222020912869>.

## 1 Pensamento descolonial: o que é?

Para iniciarmos nossa reflexão, iremos abordar o que é o pensamento descolonial, dando voz a autores e pensadores como Paulo Margutti, Aníbal Quijano e Walter D. Mignolo, que pensam, entre outros temas, a descolonialidade.

O pensamento descolonial tem sido motivo de interesse de muitos pensadores, especialmente na segunda metade do século XX. Segundo Paulo Margutti, em artigo intitulado “Filosofia Brasileira e o Pensamento Descolonial”, publicado na *Sapere aude*, em Belo Horizonte, no ano de 2018:

De uns tempos para cá, os estudiosos de filosofia têm revelado uma grande curiosidade a respeito do pensamento descolonial e suas possíveis aplicações ao caso brasileiro. Essa nova forma de pensamento constitui um fenômeno relativamente recente, que surgiu sobretudo a partir da atuação de determinados pensadores latino-americanos nos EUA. Dentre eles, podemos destacar, p. ex., Walter D. Mignolo, Susana Nuccetelli, Ofelia Schutte, Jorge Gracia e Eduardo Mendieta. Esses autores e vários outros trouxeram muitas contribuições importantes para o pensamento descolonial e seus textos constituem leituras obrigatórias para que possamos chegar a um conhecimento adequado da filosofia descolonial e seus instrumentos de trabalho (MARGUTTI, 2018, p. 223).

O pensamento descolonial é mais que uma teoria filosófica. É uma atitude em relação ao mundo, à Europa, à América e às intrínsecas relações de dominação implantadas nesse continente, nas mais variadas formas e áreas.

Para traçarmos nosso roteiro, partiremos de uma provocação-problema colocada por Anibal Quijano, sociólogo peruano. Parte Quijano da premissa de que a América foi o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial, sendo, assim, a primeira identidade da modernidade. Identidade que definiu outras identidades. Inclusive, da própria Europa (QUIJANO, 2005).

Trabalha Quijano com o conceito de raça como princípio norteador de práticas identitárias, classificando, a partir de fenótipos, conquistadores e conquistados. A Europa passa a fazer parte dos conquistadores, com a pretensão de conquistar e dominar os que lhe são “inferiores”. A ideia de raça, em suas palavras, sem precedentes na história, definiu conceitos como branco, negro, mestiço, índio, partindo da existência de povos superiores em detrimento de outros, ditos inferiores. A ideia de raça foi, pois, segundo Quijano, o que legitimou a dominação, a conquista da

América, uma vez que a Europa viu a si mesma como raça superior, relegando o outro a uma posição inferior. Assim diz o peruano:

A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos como espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (QUIJANO, 2005, p. 117).

Quijano analisa esse novo padrão de poder e como ele se relaciona com as populações não-europeias, submetendo-as à heterogêneas culturas, numa tentativa de homogeneização, sob a tutela e domínio da Europa.

Esse padrão de poder é importante para nossa análise sobre o cordel porque ele, vindo da Europa, ganhou fôlego no nordeste brasileiro; porém, pelas relações de dominação aqui implantadas, foi e ainda é considerado subliteratura, inferior, sem *status* verdadeiramente literário.

Também serviu o conceito de raça para dizer quem é moderno e quem não o é. Quem tem direito a usufruir das conquistas da modernidade e quem não pode gozar das benesses modernas, no caso a América e a África. O colonialismo só foi possível, portanto, a partir dessa ideia de raça. A Europa se representou como moderna, como o novo, o que gerou, automaticamente o atrasado, o velho, o não-moderno, que passou a ser, assim, tudo o que é não-europeu. A ideia de raça gerou também o etnocentrismo. Uma etnia branca e europeia, que se sobrepôs às demais. Assim diz Quijano:

A história é, contudo, muito distinta. Por um lado, no momento em que os ibéricos conquistaram, nomearam e colonizaram a América (cuja região norte ou América do Norte, colonizarão os britânicos um século mais tarde), encontraram um grande número de diferentes povos, cada um com sua própria história, linguagem, descobrimentos e produtos culturais, memória e identidade. São conhecidos os nomes dos mais desenvolvidos e sofisticados deles: astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas, etc. Trezentos anos mais tarde todos eles reduziam-se a uma única identidade: índios. Esta nova identidade era racial, colonial e negativa. Assim também sucedeu com os povos trazidos forçadamente da futura África como escravos: achantes,

iorubás, zulus, congos, bacongos, etc. No lapso de trezentos anos, todos eles não eram outra coisa além de negros (QUIJANO, 2005, p. 127).

Assim, houve uma imposição dos costumes, da língua, da cultura, da religião dos conquistadores, modernos, europeus, aos conquistados, não-modernos, pois não-europeus. No tocante à literatura de cordel, houve a transposição do que era feito na Península Ibérica para as novas terras e, aqui, ela gestou novos moldes.

Fato inegável é que a pretensão eurocêntrica e a colonialidade ditaram a história nos últimos 500 anos. A modernidade, pretensamente criada pela Europa, definiu as relações de trabalho, as relações de poder, as subjetividades. Mudaram não só o mundo intrínseco dos que estavam envolvidos nos processos de poder, aqui apresentados especialmente a partir da dicotomia entre colonizados e colonizadores. Definiram também o mundo como tal a partir de uma redução cognitiva dos povos ditos inferiores, de uma naturalização das diferenças, de uma realocização dessas diferenças. Essa relação eurocêntrica ditou a vida tanto na Europa como nas suas colônias. Foi esse padrão de poder que se impôs como modelo único a ser vivido e seguido. O pensamento descolonial vem de encontro a essa postura, questionando-a.

Há que estender – e se estende – esse conceito de colonialidade à epistemologia. Não foram só corpos explorados, aprisionados, mortos, diminuídos em seu ser. Não foi só uma economia sobreposta à outra. Não foi só uma língua, dita correta, calando outras expressões linguísticas. Não foi só uma cor – branca – a dominar e se dizer melhor que outras cores. Foram mentes colonizadas, proibidas do livre pensar, não autônomas, destruídas em seus conceitos, suas visões, sua hermenêutica. Mentas ditas incapazes de abstração, portadoras de um pensamento inferior e de uma literatura inferior, não-literatura. Uma não-civilização e, portanto, tudo que essa não-civilização possa produzir, será sempre visto como produção inferior.

Quijano (2005) nos convida a uma postura. Não mais olharmos para nós, da América, através do espelho do eurocentrismo. Essa imagem será sempre distorcida e, portanto, longe do real. Urge que olhemos para a América a partir da América. Urge que pensemos os problemas brasileiros a partir da ótica e dos padrões brasileiros, e não partindo da ótica dos europeus. Olhar para dentro com o olhar de dentro. Assim,

teremos uma imagem mais real de nós mesmos. Deixaremos de “ser o que não somos”.

Outro importante pensador que discute a descolonialidade é Walter Mignolo. Afirma Mignolo no artigo “Colonialidade: o lado mais obscuro da modernidade”, que pensar descolonialmente finda por ser um esforço de superação dessa lógica da colonialidade. Para tanto, todo aquele que quer pensar em termos descoloniais tem que entender a lógica da retórica da modernidade, além de sua estrutura de controle e administração, adotando como ponto de partida toda a transformação ocorrida no Atlântico, a partir do século XVI (MIGNOLO, 2017). Diz Mignolo que,

O pensamento e a ação descoloniais surgiram e se desdobraram, do século XVI em diante, como respostas às inclinações opressivas e imperiais dos ideais europeus modernos projetados para o mundo não europeu, onde são acionados. No entanto, “a consciência e o conceito de descolonização”, como terceira opção ao capitalismo e ao comunismo, se materializou nas conferências de Bandung e dos países não alinhados (MIGNOLO, 2017, p. 2)

O pensamento descolonial busca entender como se deu a relação da Europa consigo mesma e com suas colônias. Nesse cenário, o que se desvelam são relações de dominação, exploração, negação de povos e culturas, afirmação de uma cultura e de um povo como únicos viáveis e possíveis.

Pensar descolonialmente para estudiosos, professores e pesquisadores consiste também em descolonizar o pensamento na academia. Isto é especialmente difícil de se concretizar no caso do cordel, uma vez que a academia tende a não o considerar como literatura e, dessa forma, não traz, em seus vestibulares e exames diversos, autores do cordel ou questões próprias sobre o cordel.

É no campo da epistemologia que devemos travar essa batalha em favor da descolonialidade. Para Mignolo,

O pensamento descolonial e as opções descoloniais (isto é, pensar descolonialmente) são nada menos que um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade, a estrutura de administração e controle surgida a partir da transformação da economia do Atlântico e o salto de conhecimento ocorrido tanto na história interna da Europa como entre a Europa e as suas colônias (MIGNOLO, 2017, p. 6).

Pensar em moldes descoloniais é, ainda, dar vez e voz a povos e culturas que foram historicamente silenciados, esquecidos. Culturas e povos que não podiam dizer, nem se dizer. É romper com a ideia de eurocentrismo, em detrimento de outras geografias do planeta. O pensamento descolonial tem como essência a crítica epistêmica e a desconstrução da lógica da colonialidade, que provém das relações de poder e de dominação colonial.

## 2 A literatura de cordel: preconceito, rupturas e continuidades

Teceremos a partir de agora uma fala sobre o cordel e como ele, à revelia do preconceito que sofre, ganhou fôlego no nordeste brasileiro.

Gestada na cidade paraibana de Teixeira, limítrofe com a região do Pajeú, em Pernambuco, em meados do século XIX, a poesia popular nordestina possui, em seu bojo, forte influência europeia, provençal. Os cantadores de viola que ali nasceram, a saber, Ugolino do Sabuji (1832-1895), Nicandro Nunes da Costa (1829-1918) e toda uma plêiade, inovaram em estilos, toadas, sofrendo influência europeia, principalmente na cantoria. O Cordel acompanhou o andamento dos cantadores, uma vez que já temos cordelistas no século XIX, como Silvino Pirauá de Lima (1848-1913), João Melquíades Ferreira (1869-1933), João Martins de Athayde (1880-1959), Francisco das Chagas Batista (1882-1930), José Camelo de Melo Rezende (1885-1964), sendo o mais famoso deles o paraibano Leandro Gomes de Barros (1865-1918).

Marco Haurélio, baiano, poeta popular, professor, folclorista e editor, estudioso do cordel, nos diz que “surgida no Nordeste brasileiro, mais precisamente na cidade de Teixeira, no final do século XIX, a Literatura de Cordel é mais que um gênero poético. É uma manifestação artística genuinamente nacional” (HAURÉLIO, 2013, p. 5).

Fala ainda Marco Haurélio (2013) a respeito do pré-conceito que se tem da função da poesia e, principalmente, da poesia nordestina e, nela, do cordel. Esse pré-conceito é histórico e se faz notar em vários aspectos. Os cordelistas não são tratados como escritores e, por muitos, nem mesmo como poetas. E, se poetas, poetas de rimas menores.

Marco Haurélio nos diz ainda que:

Por muito tempo a literatura de folhetos do Nordeste, rebatizada como literatura de cordel pelos pesquisadores que enxergavam similaridades com a poesia popular de Portugal, de onde importaram o termo, foi tratada como literatura menor, subliteratura e, até mesmo, subproduto do folclore. (HAURÉLIO, 2013, p. 17).

Imagens como essa do cordel sendo coisa de quem não tem o que fazer, da literatura de cordel como algo inferior epistemologicamente ou ainda como coisa de “inspirados” contribuem para esse esquecimento. O pré-conceito acima mencionado, mais notado ao se tratar da poesia popular, categoria em que se encontra o cordel, reforça sua identificação como subliteratura, o que faz com que o cordel não tenha tido o *status* de poesia propriamente dita.

Muitos pesquisadores do cordel tentaram tematizar e classificar a produção cordelística em várias áreas, tais como o *Fantástico*, o *Cangaço*, o *Religioso*, a *Biografia*, o que gerou uma quantidade de análises que ora se assemelham, ora divergem totalmente. Não hemos de nos deter nelas. O que elas nos dizem de mais importante é a extensa temática abordada pelos folhetos de cordel e por seus produtores, desde as suas origens, incluindo as temáticas mais variadas possíveis.

A tradição do cordel foi-nos legada pela Europa, mais precisamente pela península ibérica. Segundo, Joseph Maria Luyten:

Essa poesia, entre nós, é conhecida como Literatura de Cordel. Isso porque havia o costume, na Espanha e Portugal, de se colocar os livretos sobre barbantes (cordéis) estendidos em feiras e lugares públicos, como roupa em varal (LUYTEN, 1984, p. 10).

É dessa tradição de expor os livretos em barbantes na Espanha e em Portugal que se origina a nomenclatura *Literatura de Cordel*, o que nos leva à assertiva de que o batismo dessa produção literária é europeu. Segundo Aderaldo Luciano, foi Teófilo Braga, pesquisador português do século XVII, quem assim denominou essa literatura.

Indica para nós de forma definitiva a fonte primeva na qual todos beberam: Teófilo Braga. É o pesquisador português quem estabelece o termo “literatura de cordel”, para nós. Além de fundar a designação, brinda aquela produção com valores imprescindíveis para a vida literária portuguesa (LUCIANO, 2012, p. 15).



Com forte influência europeia, o cordel caminhou no Brasil ao lado da cantoria de viola, mantendo sua peculiaridade. Cordel e cantoria são como irmãos gêmeos que se amam e dialogam muito entre si.

Ademais, a literatura de cordel caminhou através de rupturas e de continuidades. O cordel brasileiro pouco ou nada tem a ver com o cordel feito em Portugal ou na Espanha, seja com relação à estética, seja na temática própria do Brasil, caracterizada pela diversidade temática. Diz Aderaldo Luciano que,

As canções de escárnio, de maldizer não encontram irmandade na literatura de cordel, mas nas canções compostas por nossos cantadores. O motivo do cordel, em sua ancestralidade, liga-se ao produto narrativo e não ao produto poético da península (LUCIANO, 2012, p. 41).

Na estética, um exemplo de ruptura é a xilogravura. A xilogravura, a partir dos anos 30 do século XX, tem dado uma contribuição genuinamente nacional ao ligar-se ao cordel, sendo, por décadas, sua marca registrada. Nos dias atuais, a xilogravura já não é tão utilizada, porém, foi uma arte que se desenvolveu ao lado da literatura de cordel.

Da herança ibérica, a literatura de cordel guarda o romance, que era muito comum na sua versão europeia, a rima e sua ligação umbilical, porém independente, com a tradição oral dos cantadores.

### **2.1 O papel do “pai” do cordel, Leandro Gomes de Barros**

Leandro Gomes de Barros nasceu no sítio Melancia, no município de Pombal, sertão paraibano, em 1865. Ainda criança, aos nove anos de idade, em decorrência da morte de seu pai, se mudou, junto à mãe, para Vila do Teixeira, na Paraíba, indo morar com seu tio materno, Padre Vicente Xavier de Faria, que viria a se tornar o tutor da família e da herança deixada. Diz-se comumente que esse tio padre foi de extrema importância na vida de Leandro Gomes de Barros, pois lhe propiciou uma formação intelectual e uma leitura de livros que moldariam o futuro escritor cordelista.

O fato de ir morar em Teixeira, então, foi um importante elemento a contribuir para a sua formação poética. A Vila do Teixeira (PB), na década de 1870, era um local de significativa importância para a poesia popular no Brasil, agrupando importantes



nomes da cantoria regional. Tal ambiente certamente foi de grande importância e influência na arte e na aptidão de versejar desenvolvida por Leandro Gomes de Barros, uma vez que oportunizou que crescesse ouvindo alguns dos maiores nomes da cantoria do seu tempo.

Leandro Gomes de Barros foi, posteriormente, residir no Recife, capital pernambucana, lugar de onde fazia seus cordéis e enviava aos parentes do sertão paraibano para serem vendidos. Foi o maior cordelista em termos de produção, ultrapassando os mil títulos e fazendo escola na literatura do cordel.

Segundo o professor Nelson de Araújo,

Leandro Gomes de Barros, que Carlos Drummond de Andrade intitulou de *O Príncipe dos Poetas brasileiros*, ele trazia as histórias orais da península ibérica e de toda a Europa, praticamente, e recriava-as conforme o ambiente sertanejo. Isso numa linguagem acessiva a todas as pessoas da roça. (ARAÚJO, 2010, s./p.).

O que fez Leandro Gomes de Barros? Adaptou as temáticas europeias, escritas em cordéis ou cantadas pelos menestréis, à realidade do nordeste brasileiro. Apropriou-se de uma arte europeia, trazida pelos navegadores e deu-lhe uma cara tupiniquim, nas expressões, na estética, na poética gestada no nordeste, a partir de Teixeira, na Paraíba.

Leandro Gomes de Barros foi o primeiro poeta cordelista a publicar cordel no estilo como o temos ainda em dias atuais. Foi em 1902 que ele publicou o cordel *A força do amor, a história de Alonso e Marina*, passando a viver exclusivamente de cordel.

Segundo Aderaldo Luciano, no livro-fruto de um doutorado em Ciência da Literatura, feito na UFRJ, *Apontamentos para uma História Crítica do Cordel*, publicado em 2012,

O folheto mais antigo conhecido, com data de 1902 é **A força do amor, a história de Alonso e Marina**, de Leandro Gomes de Barros, reproduzido em fac-símile no Tomo V da Antologia de literatura popular em verso, da casa de Rui Barbosa (LUCIANO, 2012, p. 77).

Já havia uma tradição de se fazer cordel, porém, feitos à mão. Leandro Gomes de Barros passou a produzir cordéis em tipografias e deu-lhe essa faceta existente até os dias atuais, além do fato de serem seus cordéis os mais famosos, que se

impregnaram com facilidade no imaginário popular sertanejo. Ademais, seu gesto de reproduzir para o mundo sertanejo histórias conhecidas na Europa, romances famosos, os adaptando foi, digamos, revolucionário. Deu ao cordel feito no nordeste brasileiro uma cara própria.

São inúmeros, talvez incontáveis, os cordelistas e os cordéis publicados não só no Nordeste, mas no Brasil inteiro. Atestaram inicialmente seu falecimento com o advento da internet e, paradoxalmente, nunca o cordel foi tão forte, como nesses tempos tecnológicos. Falando dos mais variados temas – o que torna impossível estabelecer-lhe uma classificação definitiva –, o cordel firma-se no cenário nordestino e brasileiro, de modo geral, sendo produto de pesquisa, de professores primários a doutores universitários.

Leandro Gomes de Barros representa uma ponte entre os pioneiros do cordel de Teixeira, na Paraíba do século XIX, e os cordelistas profissionais do século XX. Um elo que une o passado ao futuro, o manual ao tipográfico, uma vez que propiciou a produção em série de cada cordel que fazia.

## ***2.2 Teve o cordel uma atitude descolonial?***

Inegável que houve uma produção cordelística na Península Ibérica e que as histórias lá contadas chegaram ao Brasil. Indubitável que o batismo de Literatura de Cordel se deu em terras europeias, uma vez que era uma prática bastante conhecida naqueles domínios. Toda essa herança veio ao Brasil, assim como a tradição da poesia oral dos menestréis, e foi aqui simbolizada, ressignificada, perpetrada pelos cantadores de viola.

Em terras tupiniquins, a partir da Serra do Teixeira, tanto o cordel quanto a cantoria ganharam contornos nacionais. Os cordéis foram reinventados, modificados em todos os sentidos. Lembrando que essas mudanças acontecem em meados do século XIX, o que nos revela que o cordel ganhou vida própria em terras nacionais. Caminhou com suas próprias pernas, alçou voo com suas próprias asas. A atitude de Leandro Gomes de Barros, de dar ao cordel um tratamento tipográfico e exercer mesmo a profissão de cordelista, foi fundante de um estilo de vida, de arte e de literatura, que influenciou a geração logo a ele posterior, bem como a geração atual, em pleno século XXI.

Fato este que não se deu na filosofia. Até hoje ela permanece atrelada a uma filosofia europeia, de comentadores de textos de filósofos europeus, de tal modo presente na academia que há ainda uma enorme aversão de alguns setores e centros de estudo a novidades, tais como Filosofia Africana, a Filosofia da Libertação e, inclusive, a Filosofia Descolonial.

No Brasil, a filosofia ainda não teve seu “momento nacional”, se assim podemos expressar. Com os olhos na Europa e os pés em solo pátrio, a filosofia não se desprende do ventre materno grego. Não cortou o cordão umbilical que lhe liga ao passado heleno. Escrevia-se – e escreve-se ainda hoje – em português as ideias europeias. Não gestou a filosofia uma ideia nacional. O que se deu com a Filosofia, quais caminhos ela trilhou, que lhe impediu de alçar voo rumo a uma independência de reflexão no Brasil? O que lhe faltou – ou sobrou – para esse grito de independência epistêmico?

Faltava-lhe – ou falta-lhe ainda – o logos demonstrativo aristotélico, organizado, institucionalizado como ciência? Aquele momento em que a razão se emancipa e passa a ditar as regras do pensamento? Falta-lhe aquela união entre a vida real e simbólica de um povo? Falta-lhe, em terras tupiniquins, pensar a totalidade da existência do homem que habita essa mesma terra? Ainda nos falta esse logos demonstrativo? Podemos um dia tê-lo e fazer uma filosofia nacional?

O cordel alcançou independência estética, ética, epistemológica a partir de Leandro Gomes de Barros. Foi ele o descolonizador do cordel. Ao assumir uma feição nordestina, o cordel foi – e continua sendo – a expressão artístico-literária da vivência de um povo, com suas características, com suas experiências, com seus mitos, com suas lendas, com sua fala própria, com sua visão de mundo, com suas expectativas, angústias, esperanças.

Desse modo, mesmo sem conceber conceitualmente a descolonialidade, uma vez que seus estudos ganham fôlego na segunda metade do século XX, Leandro Gomes de Barros teve uma atitude descolonial. Assim o fazendo, seguiram-lhe todos os cordelistas até os dias atuais. O cordel brasileiro hoje nada tem que ver com a Europa em termos estéticos, artísticos, culturais, literários. É uma produção genuinamente brasileira, como afirma Aderaldo Luciano, ao dizer que “o cordel é literatura brasileira e como tal deve ser estudado.” (LUCIANO, 2012, p. 83).

## Conclusões

O pensamento descolonial faz uma crítica ao eurocentrismo epistêmico, cultural, artístico, social, político, religioso. Tem em Aníbal Quijano e Walter Mignolo dois grandes representantes. O pensamento descolonial propõe olhar para a América Latina e o Brasil com os olhos da América Latina e do Brasil, com as lentes da sua realidade.

A literatura de cordel tem suas bases na Península ibérica, mas no Brasil ganhou uma faceta própria na estética, na temática e em sua produção, principalmente a partir da atitude de Leandro Gomes de Barros que, em 1902, passou a publicar cordéis em uma tipografia, fazendo da arte uma profissão e dela vivendo. Seu gesto inspirou sua geração posterior e continua inspirando no século XXI.

Entendemos o gesto de Leandro Gomes de Barros, dessa feita, como um gesto descolonial, mesmo sem o conceituar, uma vez que os temas descoloniais são aprofundados apenas na segunda metade do século XX.

A literatura de cordel caminhou com seus próprios pés em solo nacional. Numa caminhada marcada por rupturas e continuidades, o cordel se desprende do seu passado europeu, constituindo-se, apesar do preconceito que sofre, como uma literatura genuinamente brasileira.

## Referências

CASCUDO, Luís da Câmara. **Vaqueiros e cantadores**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1984.

HAURÉLIO, Marcos. **Breve história da literatura de cordel**. Riacho de Santana: Editora Claridade, 2010.

HAURÉLIO, Marcos. **Literatura de cordel: do sertão à sala de aula**. São Paulo: Paulus, 2013.

LUCIANO, Aderaldo. **Apontamentos para uma história crítica do cordel brasileiro**. Rio de Janeiro: Edições Adaga. 2012.

LUYTEN, Joseph M. **A notícia na literatura de cordel**. São Paulo: Estação Liberdade, 1992.

MARGUTTI, Paulo. Filosofia brasileira e pensamento descolonial. **Sapere aude**, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 223-239, jul./dez. 2018.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **RBCS**, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun./2017.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

Recebido em: 26.08.2022.

Aprovado em: 11.11.2022.